



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17400 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

EVASÃO NO CURSO DE PEDAGOGIA: DELINEANDO PROBLEMÁTICAS NAS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Maria da Conceição Silva Lima - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Viviane de Bona - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Agência e/ou Instituição Financiadora: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação-Propesqi/UFPE

EVASÃO NO CURSO DE PEDAGOGIA: DELINEANDO PROBLEMÁTICAS NAS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

1 INTRODUÇÃO

Há alguns anos estamos colhendo resultados oriundos de políticas afirmativas em seus distintos desdobramentos, que alteraram sensivelmente o quadro educacional do país, sobretudo, se pensarmos o sistema público em sua organização e representatividade. Entendemos que enquanto campo de disputas, a educação passa por processos nem sempre satisfatórios, onde ora ganhamos ou perdemos espaços, dentro dos processos políticos e sociais que se delineiam (Azevedo, 2004).

Tratando especificamente do ensino superior, tendo em conta o seu histórico de exclusão de camadas populares, compreendemos que houve um avanço significativo tanto em sua composição, hoje mais heterogênea, considerando as políticas de acesso, que decorre, por exemplo, da Lei de Cotas e o Prouni. Quanto também no tocante à ampliação do número de vagas, a partir da criação e reestruturação de universidades federais públicas, por meio do REUNI, entre 2007 e 2012.

Esse programa teve como eixo estruturante a democratização e a inclusão social por meio do ensino, mediante a injeção de recursos financeiros para a ampliação do quadro de vagas, reestruturação e criação de novas universidades, além de previsão orçamentária destinada aos programas de permanência estudantil. E, no bojo dos objetivos, a diminuição do índice de evasão e retenção, elevando a taxa de conclusão.

Entretanto, observa-se que tais ações ainda não conseguiram sanar as problemáticas, sobretudo, se pensarmos as descontinuidades na política educacional direcionada ao ensino superior empregadas nos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022), nos quais a universidade pública entrou em colapso. E, tal condição deságua em uma situação difícil de ser equacionada, relacionada à perda de recursos públicos ou privados direcionados para educação superior. Isso impactou as (re)formulações de políticas públicas, nos índices projetados e na organização física, material e humana dos cursos envolvidos (Silva Filho, 2007), a evasão.

Esse contexto ganha maior relevância quando ocorre em cursos cujo apelo social é mais impactante, como nas licenciaturas, onde o resultado afeta diretamente na qualidade da formação do professor que atuará na escola básica. O que demanda estudos que compreendam suas nuances e lancem possibilidades de reorganização de políticas de acesso e permanência, tendo em vista os diferentes arranjos e motivações apresentados no fenômeno da evasão, quer por curso, por instituição ou unidade federativa.

Além disso, frisamos que ainda que encontremos pesquisas envolvendo o tema evasão no ensino superior, não existem modelos teóricos brasileiros, pois "em suma, o Brasil ainda não apresenta o mesmo volume de estudos sobre evasão e permanência no ensino superior de outros países" (Castro;Teixeira, 2014, p.15), sendo a maioria delas, pesquisas descritivas, utilizando parâmetros internacionais.

E, mesmo que tais modelos sejam aplicáveis a algumas realidades no Brasil, todos apresentam limites, não havendo, portanto, uma sistematização dos dados. Para Castro e Teixeira (2014) a multiplicidade dos diferentes contextos econômicos, sociais e demográficos, como no caso brasileiro, impossibilitam meras transposições, sendo necessária uma compreensão mais abrangente do cenário e de suas disparidades para que se possa criar um modelo específico.

Essa condição faz com que os dados não ganhem o corpo necessário para traçarmos uma política que abranja os distintos condicionantes que envolvem a desistência na graduação em larga escala, com destaque para as licenciaturas. O que encontramos são apenas fragmentos pontuais e locais, retratados por pesquisadores dentro de um país que ainda traz consigo laços de um sistema

educacional dual, marcado por improvisos e precariedade (Saviani,2008)

A presente pesquisa em andamento, portanto, investiga motivações para a evasão estudantil no curso de Pedagogia em uma universidade pública em Pernambuco. De abordagem qualitativa (Minayo, 2004), a investigação foi composta por duas etapas. Na primeira nos debruçamos em uma pesquisa documental tendo por base os dados de matrícula de 483 evadidos entre 2015 e 2020. A partir disso, foi traçado um perfil socioeconômico desses estudantes.

Na segunda etapa, buscamos identificar as motivações para a saída do curso mediante questionário enviado via email, obtendo 80 respostas que foram posteriormente aprofundadas a partir de entrevista semiestruturada realizada com 10 estudantes, mediante aceite declarado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Há que se ressaltar que o estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, e contou com financiamento da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação-Propesqi/UFPE. Por ser um estudo de métodos mistos, no qual foram coletados dados quantitativos e qualitativos, optamos analisá-los a partir da estratégia de triangulação concomitante (Creswell, 2009) e da análise temática (Bardin, 2010).

2 DISCUSSÃO E RESULTADOS

Como mencionado anteriormente, o universo da pesquisa foi composto por 483 estudantes, sendo a maioria (421) do sexo feminino, fato que caracteriza há certo tempo o curso de Pedagogia no Brasil (Gatti; Barreto, 2009). As idades variaram entre 20 e 69 anos, sendo a média de idade em torno de 30 anos.

Destacamos que a maioria dos evadidos é oriunda de escolas privadas (68,6%) contra 31,4% de escolas públicas, o que também se faz um dado interessante, ao observarmos que as licenciaturas não são uma escola recorrente entre estudantes de escolas privadas, conforme apontado na pesquisa de Gatti (2007). Daí talvez, o maior número de abandonos por parte desse público no caso pesquisado.

A concentração de evasão girou em torno de 8,3% ente 2015 e 2020, chegando a 10,9% em 2015.1 e um pico de 22,9% em 2020.2, o que podemos induzir tenha tido a ver com a condição pandêmica da Covid 19.

2.1 Motivações para o abandono

Ao analisarmos os dados acerca da evasão, precisamos entendê-la como um fenômeno multifacetado e que varia conforme as condições geográficas e

socioeconômicas locais. Geralmente, ela está conectada aos fatores internos e externos que permeiam a trajetória dos estudantes e precisam ser analisados não de maneira isolada, mas concomitante.

Em nossa amostra, pudemos identificar que elementos intrínsecos relacionados à não identificação com o curso ou com a área de atuação contribuíram para a desistência, totalizando 26,7% dos pesquisados. Talvez isso explique o porquê desse fenômeno ser tão acentuado nos dois primeiros anos da graduação, sendo mais notada entre o primeiro e segundo períodos, com uma taxa de abandono em torno de 30,2% e 15,1%, respectivamente.

Dentro da Sociologia das Profissões existe a crença de que a escolha profissional ocorre por identificações com o profissional ou com a área antes da entrada no curso de formação (Dubar, 2005). Esses processos são reconfigurados após a inserção na formação inicial, podendo ser confirmados ou refutados, o que incidirá no abandono ou permanência na profissão. Contudo, no caso do curso em pauta, outros elementos foram suscitados, além desses fatores.

A baixa nota de corte na entrada e o quantitativo expressivo de vagas anuais ofertada (250) na instituição de ensino pesquisada colaboraram num primeiro momento, para que alguns pesquisados realizassem a opção, mas não se fizeram suficientes para a permanência no curso. Esse elemento fez-se mais presente entre aqueles que tinham anseios profissionais divergentes com a área de atuação do pedagogo que é, privilegiadamente, a Educação Infantil e anos iniciais do fundamental. Portanto, a evasão deu-se por vontade íntima do sujeito, algo intrínseco. O que não quer dizer que esses evadidos não se identificassem com a docência.

Esse dado foi ratificado ao analisarmos as novas escolhas profissionais, após a saída do curso de Pedagogia. Das 50 respostas a esse item no questionário, apenas um pesquisado não deu continuidade aos estudos. Ou seja, a evasão constatada na pesquisa foi uma evasão do curso, que é caracterizada pelo desligamento do estudante, mediante a não matrícula, transferência, reopção e jubramento (Brasil, 1997) e não do ensino superior, visto que os analisados optaram por outras graduações, em sua maioria no curso de Humanas, inclusive, em outras licenciaturas, a exemplo de Letras, História e Geografia.

Em contrapartida, chamou nossa atenção os elementos extrínsecos evocados pelas/os pesquisadas/os. Tais fatores são para além de suas vontades iniciais de continuarem na licenciatura, a saber: *a dificuldade para conciliar trabalho e estudos; questões financeiras; falta de acolhimento no Centro de Educação e aspectos curriculares.*

A dificuldade de aliar emprego e estudo já vem sendo anunciada por

pesquisadores que estudam a temática evasão no ensino superior, com destaque para estudantes do curso noturno. Arroyo (2010) sinaliza para o fato de que conciliar as exigências universitárias, como leitura de textos, provas e seminários, somadas às atividades extra acadêmicas e laborais torna-se demasiadamente pesado.

E, ao considerarmos o perfil do estudante de Pedagogia, Gatti e Barreto (2009) colocam, que em sua maioria oriunda de camadas populares e com poucos recursos, a permanência nos estudos e a necessidade de ganhar sua subsistência ganham pesos desproporcionais. Salientamos ainda que as/os pesquisadas/os estão em idade produtiva, que na amostra variou entre 20 e 29 anos (45%), de 30 a 39 anos (35,3%). De acordo com Ganam e Pinesi (2021,p.09) “abandonar o trabalho, para esses estudantes, significaria tornar a situação familiar ainda mais precária”.

Se considerarmos que a média de renda per capita desses estudantes variava de R\$336,93 entre os oriundos de escola pública e R\$335,86 os de escola particular, podemos imaginar quão delicada é a questão. Nesse contexto, reafirmamos o impacto significativo de fazer parte da política de assistência estudantil universitária, sendo por vezes o definidor entre a conclusão e o abandono do curso.

Alinha-se ao fato de que entre os 483 evadidos, apenas 9,3% eram beneficiados, à época, com algum tipo de programa de assistência, o que denuncia que ainda há muito a ser efetivado quanto à garantia de permanência desses sujeitos no ensino superior, no tocante ao aspecto material, sobretudo daqueles que têm maior vulnerabilidade. Assim, a questão financeira, aparentemente, foi um elemento balizador das decisões.

Somado ao quadro, ainda identificamos que o aspecto ligado à permanência simbólica também teve relevo nas decisões. A sensação de não inclusão trazida nos discursos, sob forma de não acolhimento por parte dos que fazem o Centro de Educação da instituição corroborou para o não envolvimento com o curso. Nesse caso as/os evadidas/os relataram a não vontade de participarem dos inúmeros movimentos universitários, a exemplo de monitorias, grupos de estudo, atividades extracurriculares, participação em pesquisa e extensão, fatores esses que conforme Campos (2016) colaboram para a permanência dos estudantes na graduação.

Ressaltamos que essa situação de não acolhimento esteve relacionada ao posicionamento de docentes dentro e fora de sala de aula, e dos próprios colegas. Sabemos que a universidade requer um comportamento proativo e intelectual, exigindo a incorporação de linguagens, posturas e adequações que transpassam o

fato de estar no ambiente universitário. De acordo Teixeira (2011, p. 46), esse estranhamento ocorre, pois, em se tratando de camadas populares, como no caso do grupo analisado, “chegar ao ensino superior em nada se configura como algo ‘natural’ para esse grupo, diferentemente do que se observa nas classes médias e intelectualizadas” .

Conforme o anunciado por Santos (2009, p. 159) o sentimento de pertença universitária precisa alinhar-se à “constância do indivíduo no ensino superior que permita a sua transformação, a partilha com seus pares e o pertencimento ao ambiente universitário”. É preciso vivê-lo, integrar-se, se fazer presente, sob o risco de se sentir destituído de um lugar de direito. Portanto, identificamos que não apenas o elemento financeiro e material estavam presentes nas falas dos pesquisados, mas também as nuances subjetivas e simbólicas encontraram espaços que justificaram o afastamento do curso.

Ainda dentro das respostas ofertadas, algumas ponderações foram lançadas acerca da organização curricular do curso, mas todas elas estiveram muito mais ligadas às posturas docentes em termos de exigências e cobranças, como por exemplo, a presença no horário regular de aula, algo mais complicado no curso noturno, onde a maioria vem do trabalho e ao quantitativo de leituras demandado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora possamos sentir mudanças no tocante ao acesso ao Ensino Superior público no Brasil, a permanência e conseqüente obtenção do diploma ainda não se caracteriza como um fim determinado apenas pela ampliação do acesso como se isso fosse suficiente.

Ressaltamos que a compreensão dos elementos que envolvem o processo formativo superior, dentre eles, a evasão, é necessária para que possamos pensá-la de forma humanizada e assertiva. Compreender o porquê que estudantes deixam um curso, a exemplo da Pedagogia, por motivos que vão além da falta de identificação com o mesmo, é entender que não basta apenas garantir o acesso de camadas populares ao Ensino Superior, sem dar-lhes as mínimas condições desde a Educação Básica, de manterem-se nela até a conclusão.

É nessa direção, que os dados aqui expostos nos mostram que urge a necessidade de políticas públicas educacionais com previsão orçamentária destinada aos programas de permanência estudantil. Fica também evidente, que o fato de trabalhar e estudar faz da universidade um local de passagem, reduzindo as possibilidades de troca, socialização e interação. O que pode se revelar um ranço na formação da identidade profissional de licenciandas/os, uma vez que não

conseguem se dedicar integralmente às tarefas e exigências acadêmicas e pouco aproveitam sua experiência universitária, para além da sala de aula.

Outro fator destacado está associado especificamente à constituição do próprio *lôcus* formativo, que parece não se aproximar daquilo que se almejava por ser um Centro de Educação. De forma muito evidente foi revelado nos achados, que uma das causas de abandono está relacionada à postura docente e a falta de acolhimento às dificuldades e diferenças humanas existentes. Isso nos leva a inferir que é fundamental que a própria comunidade que congrega o referido Centro empreenda esforços em um processo reflexivo e formativo de modo que se (re)pense estratégias e se crie oportunidades para que haja uma mudança consubstanciada nos aspectos relacionais ali existentes.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

AZEVEDO, Janete M Lins de. **A educação como política pública** 3. ed. Campinas:Autores Associados, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BRASIL. MEC. Secretaria da Educação Superior. **Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras**. Brasília: ANDIFES/ABRUEM/SESU/MEC. 1997

CAMPOS, Jansen Dodo da Silva. **Fatores explicativos para a evasão no ensino superior através da análise de Sobrevivência: o caso da UFPE**. Dissertação. 2016.

CASTRO, A.;TEIXEIRA, M. Evasão universitária: modelos teóricos internacionais e o panorama das pesquisas no Brasil. **Psicologia Argumento**, 32(79), 9-17.2014.

CRESWELL, J. **Research Design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. London: Sage, 2009.

DUBAR, Claude. **A socialização: Construção das identidades sociais e profissionais**. Lisboa: Porto Editora, 2005.

GANAN, Eliana Almeida Soares; PINEZI, Ana Keila Mosca. Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil In • Educação em Revista. 2021, vol37. P.1-18

GATTI, B.A.; BARRETO, E.. **Professores: aspectos de sua profissionalização, formação e valorização social**. Brasília, DF: UNESCO, 2009. (Relatório de pesquisa).

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8ª ed. São Paulo: Hucitec. 2004

SAVIANI, Dermeval .**Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação**. Trabalho, Educação e Saúde, vol. 6, n. 2, jul.-out., 2008, p.213-231. acesso em 31/07/2024

SANTOS, Dyane Brito Reis.**Para além das cotas: A permanência de estudantes negros no e Ensino Superior como política de Ação Afirmativa**. Tese (Doutorado em Educação). Salvador: Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, 2009.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo et al. A evasão do ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, 2007.

TEIXEIRA, Ana Maria Freitas. Entre a Escola Pública e a Universidade: longa travessia para jovens de origem popular. In: SAMPAIO, Sônia Maria Rocha (Org.). **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos**. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 27-51.

Resumo:

A presente pesquisa investiga motivações para a evasão estudantil no curso de Pedagogia em uma universidade pública de Pernambuco. A investigação foi composta por duas etapas: na primeira foi realizada uma pesquisa documental tendo por base os dados de matrícula de 483 evadidos entre 2015 e 2020. Na segunda etapa, identificou-se as motivações para a saída do curso mediante questionário enviado via email. Obteve-se 80 respostas que posteriormente foram aprofundadas a partir de entrevista semiestruturada realizada com 10 estudantes. Os resultados evidenciaram que além da não identificação com o curso, encontram-se como fatores de abandono *a dificuldade para conciliar trabalho e estudos; questões financeiras; falta de acolhimento no Centro de Educação e aspectos curriculares*.

Palavras-Chave: Evasão, Curso de Pedagogia, Ensino Superior.